

# MEC recua: propõe “liberdade vigiada” para mensalidades

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O Ministério da Educação descartou totalmente a possibilidade de que se aprove a liberação total dos preços das mensalidades na reunião de hoje entre o ministro da Educação, Hugo Napoleão, e o ministro da Fazenda, Mairson da Nóbrega. A proposta de liberação total não será nem mesmo mais levada pelo MEC, que passa a defender a “liberdade controlada”, estabelecendo uma fórmula que leve em conta os custos particulares de cada escola e fixe uma margem única de lucro. Em contrapartida, o Ministério da Fazenda apresentará uma fórmula fixando um reajuste único para todas as 35 mil escolas particulares do País. “Qualquer proposta que se aprovar será polêmica”, ressalva o secretário-geral do MEC, Luís Bandeira.

Pela nova proposta do Ministério da Educação, o controle das mensalidades escolares voltaria aos conselhos estaduais de Educação (que estabeleceram o reajuste no ano passado). A diferença, porém, é que agora os conselhos estaduais de Educação trabalhariam com uma fórmula única, que levaria em conta a infra-estrutura do estabelecimento, o nível do professor, o número de alunos por turma, as inovações realizadas durante o semestre, o nível de salário dos professores; e todos

os demais custos da escola. Os conselhos, a partir do ingresso da escola com o pedido de reajuste, teriam um prazo de 60 dias para analisar, a partir do qual o pedido passaria por decorso de prazo. A maior parte dos conselhos estaduais de Educação, de acordo com o resultado de uma votação feita na última sexta-feira em reunião com Conselho Federal de Educação, em Brasília, disse não querer continuar controlando as mensalidades, por falta de estrutura. Nesse sentido, na prática, a proposta do MEC de liberdade vigiada poderia desembocar na liberação total, pela impossibilidade de os conselhos decidirem dentro do prazo.

De acordo com Bandeira, “a única coisa certa é que o MEC não fixará preços”. O MEC se livra dessa tarefa eminentemente econômica; mas qualquer solução adotada não livrará os pais e os alunos de problemas. A fixação de um percentual único de reajuste limitará os investimentos das escolas e as possibilidades de aumentos de salários para os professores. A fixação de uma fórmula que contemple custos e margem de lucro esbararia, segundo Luís Bandeira, na questão: “O governo tem condições de apurar com segurança as planilhas de custos das escolas?”. Os ministros da Educação e da Fazenda se reúnem para buscar a solução “menos polêmica”.